

Bancos propõem um acordo provisório ao Brasil

RÉGIS NESTROVSKI
Correspondente

NOVA YORK — Os bancos credores do Brasil vão propor ao Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, na próxima semana, em Washington, um acordo provisório para aliviar a pressão sobre o Brasil e os bancos estrangeiros no mercado internacional. A informação foi dada ao GLOBO por uma fonte bancária americana, que pediu para não ser identificada, pelo caráter preliminar e reservado da proposta.

O acordo consistiria na conversão, pelos bancos, dos juros atrasados — até o momento, cerca de US\$ 2,8 bilhões — em um empréstimo que seria adicionado ao principal da dívida. A partir do fim deste ano ou no início de 1988, com a balança comercial e reservas brasileiras em alta, o Brasil retomaria o pagamento normal de juros com a possibilidade de novos financiamentos.

A proposta foi discutida durante

uma reunião secreta e reservada na sede do Citibank, em Nova York, entre o Coordenador da Dívida Externa brasileira e Vice-presidente do Citi, William R. Rhodes, e os Vice-Coordenadores da Dívida, Leighton Coleman, do Morgan Guaranty Trust, também de Nova York, e Alan Drury, do Lloyds Bank, da Inglaterra. Participam ainda os coordenadores dos projetos um, dois, três e quatro, ou seja, o Chase Manhattan Bank, Bankamerica, Bankers Trust e Chemical Bank.

Uma fonte bancária disse ao GLOBO que “a reunião do Comitê Credor do Brasil, marcada para o dia 25, foi transferida para Washington, a fim de coincidir com a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial na Capital americana”.

O acordo interino ainda não foi totalmente aprovado pelos banqueiros credores, mas já está sendo vista como a única solução para os bancos escaparem da auditoria do Federal Reserve (Fed), o Banco Central americano, no próximo mês. O Fed quer



William Rhodes, do Citibank

considerar os atrasados do Brasil como prejuízo dos bancos, o que implicaria em aumento das reservas por parte dos bancos, acarretando mais

um sério golpe nos lucros bancários este ano.

No caso do Brasil, o golpe significaria um rebaixamento importante no crédito brasileiro nas principais praças internacionais, sendo o País considerado como de “mau crédito”, na mesma categoria que países como Nicarágua, Peru e Zâmbia.

Os banqueiros, porém, ainda veem com apreensão a situação brasileira, principalmente o que chamam de “descontrole no déficit público, considerado algo incontrollável”, mas não querem pressionar o Brasil, já que reconhecem que a hora é difícil, antes de uma Constituição definida. Os banqueiros consideram, ainda, a situação política brasileira como sendo confusa. Isso é verdade, segundo a fonte, também na área externa, depois da proposta brasileira ter sido rejeitada pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, em Washington na semana passada. Mas os banqueiros lembram que o próprio Baker abriu uma opção, ao sugerir uma possibilidade

de acordo interino, que não forçaria o Brasil a ir ao FMI no momento e não desconsideraria o desejo dos bancos de um monitoramento da economia brasileira por parte do Fundo.

— Não vamos entrar em desespero. A situação é confusa para o Brasil internamente e não seremos o bode expiatório do Governo brasileiro. Achamos que algo provisório é o melhor dentro das atuais circunstâncias. No início do próximo ano ou no final deste, depois da definição pelo Congresso brasileiro dos parâmetros da Constituinte é que poderemos discutir com mais tranquilidade algo mais permanente com o Governo brasileiro. Como dizem no Brasil, “vamos tocar com a barriga”, disse o banqueiro credor americano ao GLOBO, que pediu para não ser identificado, já que estará presente na reunião da próxima semana em Washington, com o Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, no reinício oficial das negociações da dívida externa brasileira com os bancos credores estrangeiros.